

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

João Francisco do Lago Rodrigues¹
Derli Vasconcelos Araújo Lima²

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo evidenciar a relevância da educação física como instrumento de inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Para isso, é importante salientar a história da educação especial e da educação física no Brasil e, conseqüentemente, destacar as principais mudanças dessa disciplina na contemporaneidade, descrevendo alguns conceitos e abordagens a respeito da qualidade de vida e de que forma a educação física pode contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência na escola. Metodologicamente foi realizada a pesquisa bibliográfica caracterizada por consultas em artigos, livros ou qualquer publicação científica sobre a temática presente.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Física. Educação Inclusiva. Qualidade de Vida..

ABSTRACT

This paper has like main objective to show the evidence of physical education like an instrument to inclusion of students with disability in regular school. To this, is important to confirm the history of special education and the physical education in brazil and, consequently, showing the firsts changes in this discipline in the con-

1. Mestre em Sociologia e professor da Universidade Tiradentes.
João_lago@unit.br

2. Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduada em educação física escolar com ênfase em esportes individuais e coletivos pela Faculdade São Luís de França. derli_lima@hotmail.com

temporaneousness describing some concepts and approaches concerning about life quality and how physical education can contribute to include people with disabilities in the school. The method realized was the literature research featured by consults in articles, books or any scientific publication about this theme.

KEYWORDS

Life Quality. Physical Education. Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, observa-se o desprezo e separação da pessoa com deficiência no contexto social, expressada na idade média com a eliminação física e o abandono, e na idade moderna quando o Humanismo tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava alguma deficiência, tornando-a vítima de segregação, pois a ênfase era na sua incapacidade, na anormalidade.

Na década de 1970, surgiu o movimento de Integração com o conceito de normalização e em meados da década de 1990 começaram a surgir, no Brasil, discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar, denominado Inclusão Escolar.

O atendimento à pessoa com deficiência, desde o início isolamento dos tempos, perpassando pela pré-história, idade média, idade moderna e idade contemporânea, se baseia na construção de modelos de exclusão e da pessoa com deficiência, vivenciados em cada época.

A educação inclusiva no Brasil se consolidou em 9 de julho de 2008 por meio do Decreto Legislativo nº 186, tornou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo equivalentes a emendas constitucionais à Constituição Brasileira. O artigo 24 desta Convenção expressa a garantia de que as 'pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem'.

O contexto da educação física tem passado por diversas transformações. Hoje, questiona-se mais sobre essa disciplina, bem como, evidencia-se uma maior preocupação em relação à prática de atividades e à manutenção da saúde. A relação entre educação física, qualidade de vida e educação inclusiva vem sendo cada vez mais discutida e analisada cientificamente. Nos dias atuais, é praticamente uma anuência entre os profissionais da área de saúde que a atividade física é um fator determinante no sucesso do desenvolvimento humano. A educação física promove benefícios para todos os indivíduos, especialmente crianças e adolescentes que se encontram numa fase crucial de desenvolvimento físico e mental.

Diante das considerações apresentadas, elaborou-se este trabalho, tendo como objetivo principal evidenciar a importância da educação física como instrumento de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino e para a qualidade de vida dos alunos, além disso, objetivou-se, ainda, salientar uma breve história da educação física e da educação especial no Brasil; destacar as principais mudanças dessa disciplina na contemporaneidade; e, descrever alguns conceitos e abordagens a respeito da qualidade de vida.

Neste segmento, não se pode deixar de mencionar que o assunto escolhido e desenvolvido neste trabalho se justifica, por ser fundamental ampliar os conhecimentos sobre a disciplina educação física, que tem muito a contribuir para os alunos com deficiência na rede regular de ensino e, principalmente a importância na qualidade de vida dos alunos no sentido de reconhecer sua verdadeira necessidade, assim como demandar as diferentes posturas que o professor dessa disciplina deve adotar, no que se refere a sua participação ativa na vida dos alunos e na valorização da realidade deste para que o mesmo seja incluído sem qualquer tipo de discriminação, seja esse aluno uma pessoa com deficiência motora, visual, auditiva ou intelectual.

Quando se fala em educação física inclusiva não se pode ter a ideia reducionista de atividades limitadas, de um alcance restrito, de atos e resultados

programados, pelo contrário, atualmente, expandiu-se seu conceito assim como sua funcionalidade sendo, desse modo, um assunto extremamente relevante para a conscientização das pessoas a respeito da inclusão do aluno com deficiência na sociedade de maneira natural e saudável, garantindo uma boa qualidade de vida e conseqüentemente melhora da autoestima e autonomia.

A construção deste trabalho teve como método a pesquisa bibliográfica, a qual busca explicar um problema, seguindo as referências teóricas já publicadas. Além disso, a pesquisa bibliográfica poderá ser executada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Nos dois casos, procura-se conhecer e analisar as contribuições culturais e/ou científicas sobre uma determinada questão, tema ou mesmo um problema.

2 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESPAÇO ESCOLAR DAS SUAS ORIGENS A ATUALIDADE

Visando esclarecer adequadamente sobre a prática da Educação Física, faz-se necessário resgatar algumas teorias históricas. Dentre estas, destaca-se a teoria de Ferreira (1984), que defende uma Educação Física numa perspectiva de transformação, contraposta ao modelo tecnicista da reprodução, propondo um redimensionamento do sentido da Educação Física no processo educativo, criando a expectativa das crianças virem a ter oportunidade de participar de uma ação educativa mais efetiva e adequada.

No início do século passado, os métodos ginásticos procuravam capacitar indivíduos no sentido de contribuir com a indústria e com a prosperidade da nação. No modelo militarista a educação física se objetivou nas escolas como geração capaz de suportar o combate, a luta para atuar na guerra, daí a importância de selecionar os indivíduos 'perfeitos' fisicamente, excluir os incapacitados (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

De acordo com Soares (2004), a educação física no Brasil, em suas primeiras tentativas de compor

o universo escolar manifesta como promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças, sendo pontuadas as propostas pedagógicas e legais o que contemplam a educação física, vez que, as funções por ela desempenhadas não poderiam ser outras senão as higiênicas, eugênicas e morais, justificando assim, o ingresso da educação física no universo escolar.

A Educação Física vem atravessando um período bastante delicado e importante de sua história o que, longe de ser privilégio nacional, foge às limitações geográficas, ou mesmo, de áreas específicas da profissão. Pode-se afirmar que, antes disso, delineia-se em proporções mundiais e em todas as suas vertentes, o que pode – até com alguma facilidade – ser percebido através da observação sobre pontos de foco. (SBDEF, 1992, p. 34).

Soares (2004) ainda explica que há um cruzamento da história do Brasil e da educação física com as instituições médicas e militares, sendo no Brasil colonial que as questões relativas à saúde, higiene e ao corpo dos indivíduos, começaram a fazer parte das preocupações das elites dirigentes. Ainda nesse contexto, essa mesma autora expõe que devido às origens europeias, no Brasil, também, há as desigualdades raciais, que por meio do papel desempenhado pela ciência, por meio de comparações e generalizações descontextualizadas, corrobora a superioridade da raça branca em relação à raça negra, bem como, do homem em relação à mulher, comprovando a supremacia da burguesia.

Nesse quadro, enquanto o discurso em defesa da escola orienta o conjunto das Reformas Constitucionais, por meio da influência de pedagogos e estadistas como Rui Barbosa, a escola encarrega-se da função de regular, vigiar, instruir, higienizar e formar o novo homem brasileiro, com o objetivo de, segundo Soares (1994, p. 17) 'em nome da saúde, manter a ordem, ampliando para o conjunto da população a determinação de normas para conseguir uma vida saudável, e o pleno funcionamento da sociedade'.

Nesse processo, Soares (2004) acrescenta a importância da educação física e da eugenia, des-

tacando do mesmo modo a influência das ideias de Fernando de Azevedo, onde este atravessa, com sabedoria, o pensamento pedagógico e influencia fortemente a construção e estruturação da educação física no Brasil.

Ao tratar do esporte brasileiro, na *Evolução no Brasil*, no período de 1822 a 1922, Azevedo (1922), depois de enaltecer a educação física como parte integrante de um sistema de educação pública, visando melhorar as condições de saúde e de vitalidade de um povo, concluiu que o esporte não era uma tradição do país e explicava esta situação pela própria natureza que desafiava o homem brasileiro com suas dificuldades. [...]. (TUBINO, 1996, p. 25).

Mello (1997) ainda afirma que é importante entender que a preocupação básica de Fernando de Azevedo para com a História estava em utilizá-la como forma de apresentar os métodos e sistemas europeus de Educação Física, vislumbrando definir aquele a ser considerado o mais adequado a ser adotado no Brasil. Ou seja, Azevedo buscava subsídios na história da Educação Física, para defender a utilização do método sueco de ginástica, desencadeando resistências ao método alemão, bastante influente e presente nos primórdios da Educação Física nacional.

[...] A interpretação de Fernando de Azevedo, evidencia que aquele educador conhecendo profundamente os conteúdos do esporte, e sabendo do valor deste fenômeno na Educação brasileira, tentava nas linhas de suas obras, promover e incentivar a educação física e a prática esportiva para os brasileiros, relacionando-os ao processo educativo. Fernando de Azevedo, foi sem dúvida, o personagem mais importante da educação física e do esporte, no século XX, no período que antecedeu o Estado Novo, o que pode ser explicado pelo seu vasto conhecimento sobre a matéria e o seu compromisso como educador. (TUBINO, 1996, p. 26).

Neste ponto, salienta-se a existência de uma visão histórica estereotipada de que a Educação Física oferecida era de má qualidade e o profes-

sor um profissional de segunda categoria, e que ainda sofre resquícios desse estigma atualmente. Essa popularidade, incorporada ao uso abusivo do esporte nas aulas, terminou por levar a disciplina a uma crise de identidade, já detectada na década de 1980, em plena vigência da tendência competitivista da Educação Física.

O primeiro tipo de conflito aparece quando se situa a Educação Física no quadro geral da Educação. Os autores assumem posições contraditórias, ora caracterizando a Educação Física como uma atividade natural, corporal, puramente instintiva, muitas vezes inconsciente, obedecendo às leis de uma mística do eugenismo e ora como uma atividade intelectual, que, embora partindo da práxis, dela se destaca, ultrapassa o concreto e conduz a ginásticas intelectuais muito complicadas, até mesmo sofisticadas. (FERREIRA, 1984, p. 19).

Shigunov e Neto (2002) destacam que a educação física foi pensada e posta em ação com valores que correspondiam somente aos interesses da classe social hegemônica de um determinado período histórico. Esta visão dualista de corpo permaneceu durante as quatro primeiras décadas do século XX, sendo que, até os dias atuais, ela ainda está muito presente em alguns cursos de graduação e de pós-graduação, responsáveis pelas práticas dicotomizadas no trabalho pedagógico dos profissionais que atuam dentro e fora do contexto escolar.

Para Moreira (2004), com o passar dos tempos, a educação física iniciou uma caminhada rumo à sua legitimação frente à sociedade, prova disso aconteceu a partir da inserção dessa prática nas atividades que eram ministradas nas instituições escolares.

O Brasil presencia significativas mudanças no contexto das atividades relacionadas com a educação física. Tal perspectiva pode ser constatada na década de oitenta e na virada da de noventa por parte de muitos autores – professores e pesquisadores que se posicionaram em defesa da valorização de uma Educação Física mais humanista e mais educativa.

Ao final da década dos anos 80, início dos anos 90, uma nova concepção de Educação Física começa a ser estruturada, baseada nos estudos das influências que o meio físico e social tem sobre o desenvolvimento humano, graças a estudos por professores de Educação Física nas áreas de Antropologia, Filosofia, Sociologia e História, entre outras. (GALLARDO, 2000, p. 21-22).

Nesse sentido, a educação física passou a buscar enfoques diferenciados para a sua prática, pois as mudanças começam a ocorrer e diversos teóricos almejavam transformações, como se pode ver na Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Física – SBDEF (1992, p. 123), ‘a educação física sente-se obrigada a superar as soluções ideológicas simplistas para desenvolver caminhos que articulem suas contradições’.

Diante deste entendimento, Ferreira (1984) salienta o quanto a Educação Física encontra contradições em sua prática. Não há uma hegemonia com relação a sua conceituação, fazendo com que a mesma vivencie a crise de identidade.

Todo período de crise constitui-se em terreno fértil para uma pluralidade de proposições, o que por um lado é positivo, proporcionando a manifestação das diferentes vezes, uma vez que o projeto em curso perde sua hegemonia, por outro lado, pode nos levar a um relativismo estéril, segundo o qual tudo vale e se equivale. (FENSTERSEIFER, 2001, p. 31 APUD MOREIRA, 2004, p. 21).

A prática da Educação Física nas escolas, por muitas vezes não é centrada no desenvolvimento do aluno, mas sim na competitividade esportiva. Com isso destacam-se os conceitos de Educação Física voltada para a reprodução e a Educação Física voltada para a transformação. De acordo com Ferreira (1984), têm-se uma breve explanação sobre o que seria a Educação Física com ênfase no modelo de reprodução do conhecimento.

A partir de diversas discussões do papel da educação física, na visão de Darido e Rangel (2005), atualmente, no campo da educação física, existem diversos entendimentos, onde, em

linhas gerais, todos acabam por se transformar em conformidade, já que tentam rescindir com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional. Algumas delas são, humanista, fenomenológica, psicomotricidade, cultural, desenvolvimentista, interacionista-construtivista, crítico-superadora, sistêmica, crítico-emancipatória, saúde renovada, além de outras.

De acordo com Guedes e Guedes (2000), a Educação Física é uma disciplina que possibilita espaços onde se pode dar início a mudanças significativas na maneira de se implementar o processo de ensino/aprendizagem, tendo em vista as diversas situações em que os dados do cotidiano associados à cultura de movimentos podem ser utilizados como objetos para reflexão.

Guedes e Guedes (2000) expõem, ainda, que a Educação Física e a saúde sempre tiveram uma relação histórica, influenciada ora por tendência militar, ora por tendência médica ou desportiva. Quanto à promoção da saúde, a influência médica é a que mais aparece no contexto da Educação Física, pois se dá por meio da aptidão física, baseando-se principalmente nos benefícios orgânicos causados pelo exercício, visando à saúde.

Assim, a área de Educação Física, hoje, contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento, promovendo, ainda, a melhoria na saúde do indivíduo. Entre estes conhecimentos, como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997, p. 23) ‘que consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde’.

O PCN (1997, p. 27), também aponta que o processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto: ‘não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada’.

Na visão de Oliveira e outros autores (1988), o professor de educação física tem a função catalisadora de crítica e de formação de ideias e valores mais conscientes nos alunos, e a sua função é participar ativamente no processo de crescimento e desenvolvimento pessoal e social de seus alunos.

Ao invés de uma aula em que o professor desempenha o papel de destaque, ora comandando, ora dirigindo as atividades, sua contribuição numa perspectiva humanista seria a de junto com os alunos decidir quanto a objetivos e meios para alcançá-los. O professor de Educação Física, neste caso, tem presente que o aluno é o centro de atenção, e com isso procura criar um clima favorável à formação de uma personalidade criativa, crítica e integrada, agindo através do diálogo com autenticidade e procurando criar um clima de empatia. (CUNHA, APUD OLIVEIRA, ET AL., 1988, p. 52).

Convém ainda afirmar, que o profissional de educação física deverá se dedicar a atividade de criar condições de desenvolvimento de condutas desejáveis, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista do grupamento humano, sendo esse profissional, também, um sujeito que dá estruturas em seu agir, provocando um desenvolvimento coerente na vida do humano.

É primordial que o profissional de educação física considere sempre mudar suas orientações, reduzindo-se somente ao ensino de meios e mecanismos pelos quais se possa desenvolver um processo ensino-aprendizagem, devendo este ser um elo fundamental entre as opções filosófico-políticas da educação, não podem ser também um apêndice de orientações mecânicas e tecnológicas, tendo por incumbência ser crítico e desenvolver uma prática educativa mais qualificadora.

Como declara Tojal e outros autores (2004, Apud FERREIRA, 2007), o profissional de educação física é aquele voltado para a prática de um conhecimento especializado em anatomia e fisiologia do corpo humano o que, em linhas gerais, significa contribuir significativamente para a saúde e a qualidade de vida do ser humano, daí a necessidade de sua formação ético-humanista.

Percebe-se, então, o quanto é evidente a necessidade de aplicar uma Educação Física voltada para a transformação do indivíduo e da sociedade. Tal prática possibilita a participação de todos os interessados, independente de suas habilidades, sendo possível, inclusive, modificar as regras por decisão e interesse de seus participantes. Nessa perspectiva, o indivíduo se transforma no sujeito do processo, como o principal agente de mudança.

No contexto escolar, os alunos podem e devem compreender que os esportes e as demais atividades corporais não são privilégios apenas dos esportistas ou das pessoas que têm corpos sem defeitos ou qualquer tipo de deficiência. Dar valor a essas atividades e reivindicar seu acesso a todos é um posicionamento que pode ser adotado a partir dos conhecimentos adquiridos nas aulas de Educação Física.

Assim, como Moreira (2004) acentua com a devida competência, o ideal seria que os professores de educação física pudessem possibilitar essa vivência agradável para todos os alunos, não apenas beneficiar os mais ou menos capazes, habilitados ou não, deve-se oportunizar vivências a todos, respeitando os limites e necessidades de cada um. Esse tipo de prática pode estar presente em todas as aulas de educação física.

Ainda que de maneira ampla, Inclusão, Parâmetros Curriculares Nacionais e Educação Física têm suas discussões colocadas na ordem do dia no contexto educacional atual. A Educação Física, como um dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar indiferente ou neutra face ao movimento da educação inclusiva. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, essa disciplina deve-se constituir num dos adjuvantes do processo da inclusão escolar e social. Para tanto, há necessidade que os cursos de educação superior, que formam o licenciado em Educação Física, desenvolvam competências para esse fim.

Culturalmente, a formação pedagógica do professor de Educação Física vem sendo colocada em plano secundário, prevalecendo os conteúdos das disciplinas de cunho técnico-desportivo, corporal e

biológico, em detrimento das disciplinas pedagógicas (SILVA, 1993). Sendo assim, a formação vem privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem como prioridade o desempenho físico, técnico e do corpo enquanto objeto de consumo.

3 QUALIDADE DE VIDA

A noção de qualidade de vida é propriamente humana, ela se relaciona com o grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial, dentre outros. Presumir a capacidade de efetivar uma generalização cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange diversos significados, que consideram conhecimentos, experiências, valores de indivíduos e coletividades que a ele se referem em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo assim uma construção social com o caráter da relatividade cultural.

O conceito de qualidade de vida está relacionado à auto-estima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível sócio-econômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive. (VECCHIA ET AL., 2005, p. 247).

Segundo Fleck, Leal e Louzada (1999) o termo qualidade de vida, como vem sendo aplicado na literatura atualmente, não parece ter um único significado, condições de saúde, funcionamento social e qualidade de vida têm sido usados como sinônimos. Este termo vem constantemente associado com a saúde e estado subjetivo de saúde dos indivíduos, porém, esses são conceitos utilizados na avaliação subjetiva do paciente, os quais estão, necessariamente, ligados ao impacto do estado de saúde sobre a capacidade do indivíduo de viver plenamente.

De acordo com Guimarães e outros autores (2004) o termo qualidade de vida é de difícil defi-

nição e deve ser considerado em dois pólos para sua verificação que são objetivo e subjetivo. Este é um conceito que se refere ao tipo de resposta individual e pessoal perante um conjunto de situações reais, assim como, também as formas como as circunstâncias são avaliadas.

Seidl e Zannon (2004) explicam ainda que qualidade de vida é vista sob o prisma de duas visões, ou seja, na linguagem por pessoas da população em geral e no contexto da pesquisa científica. No que diz respeito à área da saúde, o conceito de qualidade de vida ainda é recente. As autoras supracitadas, ainda, classificam o conceito da qualidade de vida como qualidade de vida e estado de saúde, alargando o conceito e explicando sobre três grandes dimensões: saúde mental, funcionamento físico e social, onde se investigou a percepção da qualidade de vida e do estado de saúde.

Com extrema acuidade, Seidl e Zannon (2004) entram no âmbito de toda a questão, ou seja, explicitam os aspectos metodológicos da qualidade de vida, declarando ser possível identificar as principais tendências metodológicas sobre a avaliação da qualidade de vida, tanto nos trabalhos que utilizam métodos quantitativos quanto nos estudos qualitativos.

Nos estudos quantitativos, os esforços são voltados para a construção de instrumentos, visando a estabelecer o caráter multidimensional do construto e sua validade. São estudos de análise de estrutura fatorial com testes de confiabilidade, bem como testes de validade de critério, discriminante e de construto. Já os estudos qualitativos, enfatizam que a utilização de medidas padronizadas pode levar as respostas estereotipadas, que tem pouco ou nenhum significado para a pessoa.

Para Minayo e outros autores (2000), a noção de qualidade de vida percorre em um campo semântico polissêmico, vez que, de um lado está relacionada a modo, condições e estilos de vida; de outro, inclui as ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana e também se relaciona ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. No que diz respeito à

saúde, as noções se agregam em uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece, como parâmetros em si.

Os autores supracitados observam, do mesmo modo, que a qualidade de vida não é definível, exclusivamente, a partir de critérios científicos ou técnicos. Os parâmetros para compor um padrão mínimo que permita a construção de agendas de intervenção ou a avaliação de políticas não são autoevidentes ou executáveis apenas em gabinetes e laboratórios, devendo resultar de debates sociais amplos, que determinem anuências mínimas.

Segundo Auquier (1997, APUD MINAYO ET AL., 2000), existem três correntes que orientam a construção dos instrumentos hoje disponíveis: o funcionalismo, a teoria do bem-estar e a teoria da utilidade. Outras modalidades de mensuração podem ser classificadas e podem ser encontradas na literatura sobre a saúde e qualidade de vida, principalmente nas fontes anglo-saxãs. Os estudos indicam, em geral, para situações relacionadas à qualidade de vida cotidiana dos indivíduos, subsequente à experiência de doenças, agravos ou intervenções médicas.

Embora exista uma variabilidade de conceitos sobre a qualidade de vida, estudiosos destacam que a qualidade de vida só poderá ser avaliada pela própria pessoa, ao contrário das tendências iniciais de uso do conceito quando qualidade de vida era avaliada por um observador.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define que qualidade de vida é: "A percepção do indivíduo acerca de sua posição na vida, de acordo com o contexto cultural e o sistema de valores com os quais convive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (FLECK, LEAL; LOUZADA, 2000, p, 179).

Face ao exposto, é possível compreender que o conceito de qualidade de vida é, geralmente, tratado sob os mais diferentes olhares, seja da ciência, por meio de várias disciplinas, seja do senso co-

mo, seja do ponto de vista objetivo ou subjetivo, seja em abordagens individuais ou coletivas.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em meados da década de 1990 foram surgindo discussões sobre um novo modelo de atendimento escolar chamado inclusão escolar, que vem contrapor o processo de integração e que vem gerando muitas controvérsias e discussões.

A educação inclusiva é descrita como um novo conceito em educação, cuja característica principal é a defesa pelo diverso, pelo heterogêneo na classe escolar. Nesse novo conceito existe uma situação inovadora que produz interações entre alunos com as situações peculiares mais distintas. Esse ambiente diverso se constitui extremamente relevante para a incitação de aprendizagens e nesse sentido a metodologia que se expanda perante as diferenças do alunado (BEYER, 2006).

O sistema educacional inclusivo está fundamentado na Constituição Federal/88, que garante a educação como um direito de todos e no Decreto n° 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, assegurando o direito de pleno acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas.

A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva constitui uma grande força alavancada pela educação brasileira em favor da inclusão com objetivos em reafirmar esse novo lugar na educação especial dos sistemas de ensino, contribuindo para a transformação das relações com as diferenças, adquiridas na escola e fora dela. (MANTOAN, 2010, p. 14).

Mesmo que haja determinação por meio de leis, decretos para a presença do aluno com deficiência nas escolas regulares, isso não garante que a inclusão está efetivada, mas é primordial que a escola esteja realmente preparada para dar conta de trabalhar com os alunos independentemente de suas diferenças individuais. (MIRANDA, 2004)

3 CONCLUSÃO

A educação física mostra-se cada vez mais imprescindível para o aluno com deficiência na rede regular de ensino. Diante da temática abordada da história da educação especial, da história da educação física no Brasil e da qualidade de vida, a inclusão pode ser efetivamente de todos.

Aos poucos, é possível perceber que a pessoa com deficiência vem conquistando seu espaço na sociedade e que a educação física tem uma contribuição de relevância fundamental para esse público, por meio das estratégias utilizadas e adaptadas aos conteúdos da disciplina com propostas de atividades lúdicas que envolvam o jogo, o esporte, a ginástica e a dança, focados na realidade e na deficiência de cada aluno, incluindo-os de maneira criativa e espontânea no contexto da aula.

Daí, a necessidade de se resgatar a história, pensamentos pedagógicos, leis, decretos, portarias, declarações, numa perspectiva de transformação. A educação física escolar surge no final da década de 1970, por meio de algumas abordagens pedagó-

gicas, na tentativa de romper com o modelo mecanicista, criando expectativa nas crianças e em seus familiares para serem peça fundamental nesse processo, independente de suas condições e das peculiaridades e limitações de cada indivíduo.

Ao refletir sobre a qualidade de vida se tem em mente que a autoestima e o bem-estar pessoal formam um conjunto de aspectos que qualificam o humano como um ser completo de realizações e manutenção da saúde. Então, a pessoa com deficiência, a partir de práticas de saúde e de educação, dentre outras, que podem ser muito bem trabalhadas na disciplina educação física, tem condições de melhorar tais aspectos, facilitando assim, no seu processo de inclusão escolar e, conseqüentemente, social.

Contudo, a educação inclusiva é um desafio de muitos, que estão engajados nessa luta. Com isso, é importante que os alunos com deficiência possam fazer parte das aulas de educação física, do ensino regular e da sociedade, na busca de soluções de problemas por meio do respeito e da ética no trato com o semelhante.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R.; BEYER, H. O (Orgs.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p.73-81.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DACOSTA, Lamartine P. **Formação profissional em educação física, esporte e lazer no Brasil: memória, diagnóstico e perspectivas**. Blumenau: FURB, 1999.
- DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- FERREIRA, Vera Lúcia da Costa. **Prática de Educação Física no 1º grau: modelo de reprodução ou perspectiva de transformação?** São Paulo: IBRASA, 1984.
- FERREIRA, Heraldo Simões. A ética do saber cuidar de Leonardo Boff: uma aplicação à educação física escolar. **Revista Digital Buenos Aires**. Ano 11, n.106, março de 2007.
- FLECK, M. P. A.; LEAL, O. F.; LOUZADA, S. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL – 100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.21, n.1, jan/mar. 1999.
- GALLARDO, Jorge Sergio Pérez (Coord.). **Educação Física: contribuições à formação profissional**. 3.ed. Ijuí, Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.
- GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Crescimento, composição corporal e desempenho motor de crianças e adolescentes**. São Paulo: C.L.R. Balieiro, 2000.
- GUIMARÃES, L. A. M. et al. **Atualizações em qualidade de vida e trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MANTOAN, M. T. E. O Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva. **Revista Inclusão: R. Educ. esp.** Brasília, v.5. n.1, jan/jul.2010, p.14.
- MELLO, Victor Andrade de. História da Educação Física e do Esporte no Brasil: panorama, perspectivas e propostas. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v.1, n.1. Juiz de Fora: UFJF, jan.-jun. 1997.
- MINAYO, M. C. S. et.al. Qualidade de vida: um debate necessário. **Ciênc. Saúde coletiva**, v.5, n.1, Rio de Janeiro, 2000.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR** On-line, 2004. p.1-7.

MOREIRA, Evando Carlos (Org.). **Educação física escolar: desafios e propostas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2004.

OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de. et.al. **A educação física e o ensino de 1º grau: uma abordagem crítica**. São Paulo: EPU, 1988.

PEREIRA, Flávio Medeiros. **O cotidiano escolar e a educação física necessária**. Pelotas: UFP, 1994.

SBDEF – Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Física. **Pesquisa e produção do conhecimento em educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2004.

SHIGUNOV, Viktor; NETO, Alexandre Shigunov (orgs.). **Educação física: conhecimento teórico x prática pedagógica**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SILVA, S. B. **Análise das relações existentes na legislação que orienta a formação profissional dos especialistas em Educação Física e Desportos e os planos nas áreas educacional e desportiva no Brasil**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, C. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOARES, C. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: IBRASA, 1996.

VECCHIA, R. D. et.al. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo, 2005.

Recebido em: 13 de Novembro de 2014

Avaliado em: 20 de Novembro de 2014

Aceito em: 16 de dezembro de 2014
